



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS**

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

MONOGRAFIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Cíntia Rejane Gomes de Oliveira

Santa Maria, RS, Brasil

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Cíntia Rejane Gomes de Oliveira

Monografia apresentada ao curso de Pós Graduação em Educação Física Infantil e Anos Iniciais, da Universidade Federal de SANTA Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Especialista em Educação Física.**

Orientador (a): Professora Márcia Gonzales Feijó

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação Física e Desportos
Curso de Especialização em
Educação Física Infantil e Anos Iniciais**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Pós-Graduação**

**EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR
E A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA**

elaborada por
Cíntia Rejane Gomes de Oliveira

como requisito para obtenção do título de
Especialista em Educação Física

COMISSÃO EXAMINADORA:

Marcia Gonzales Feijó, Mest.

(Presidente/Orientador)

Gustavo de Oliveira Duarte, Dr. (UFSM)

Examinador

Livia Fernanda Almeida Gulart Duarte, Esp. (EEEF)

Examinador

Mariani Guedes Santiago, Esp. (UFSM)

Suplente

Santa Maria, 28 de fevereiro de 2015.

AGRADECIMENTOS,

A Deus, por guiar meus passos, iluminar meus pensamentos e me dar força dia-a-dia para percorrer esse caminho que leva à realização de mais um sonho;

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), todos os professores, funcionários, tutores e a coordenação do curso de Educação Física Educação Infantil e Anos Iniciais pela formação oferecida e pelo incentivo à aprendizagem;

A professora Orientadora Marcia Gonzales Feijó Almeida pela paciência e sabedoria durante as orientações;

A tutora Thaianne pelas sugestões e esclarecimento de dúvidas;

Aos meus pais, a mana Débora e ao meu esposo Tiago que sempre me encorajaram e apoiaram as minhas decisões e objetivos;

Aos colegas que se fizeram presentes e compartilharam as dificuldades e alegrias me proporcionando forças para que eu não desistisse;

As minhas colegas Naura e Betina com quem tive a oportunidade de me comunicar com mais frequência, compartilhar angústias e alegrias construindo novas amizades.

“Aprendemos quando resolvemos nossas dúvidas, superamos
nossas incertezas e satisfazemos nossa curiosidade”.

(Maria Teresa Eglér Mantoan)

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Carta de Apresentação.....	30
Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	31
Anexo C – Questionário.....	32

RESUMO

Monografia
Curso de Pós-Graduação em Educação Física Infantil e Anos Iniciais
Universidade Federal de Santa Maria

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

AUTORA: CÍNTIA REJANE GOMES DE OLIVEIRA
ORIENTADOR (A): MARCIA GONZALES FEIJÓ ALMEIDA
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 28 de fevereiro de 2015.

Este trabalho apresenta uma pesquisa sobre a concepção dos professores a respeito do tema INCLUSÃO especialmente na área da Educação Física considerando o desafio e a obrigatoriedade de incluir conforme a legislação brasileira atual e as reais condições física e material dos espaços escolares.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, cujo método utilizado para coleta de dados foi um questionário elaborado pelo próprio pesquisador e aplicado aos professores de Educação Física que tem ou já tiveram alunos com deficiência incluídos em suas aulas.

O objetivo do trabalho é conhecer a percepção dos professores seus principais desafios e anseios frente ao tema inclusão.

As discussões dos resultados confirmam a ideia suposta pelo pesquisador que considera que, escola e professores não estão preparados para o princípio inclusivo que norteia nossa legislação.

Nesse contexto, procuramos relacionar Educação Inclusiva/Educação Especial e Educação Física Adaptada a partir das relações professor e aluno.

Palavras-chave: Inclusão. Desafios. Percepções.

ABSTRACT

Monograph
Postgraduate Course in Child Physical Education and Early Years
Federal University of Santa Maria

PHYSICAL EDUCATION AND SCHOOL INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES

AUTHOR: Cynthia REJANE GOMES DE OLIVEIRA
SUPERVISOR (A): MARCIA GONZALES FEIJÓ ALMEIDA
Date and Place of Defense: Santa Maria, February 28, 2015.

This paper presents a research on the design of the teachers about the topic INCLUSION especially in the area of Physical Education considering the challenge and the obligation that as the current Brazilian legislation and actual physical conditions and equipment of school spaces.

This is a descriptive research, whose method of data collection was a questionnaire prepared by the researcher and applied to Physical Education teachers who have or have had students with disabilities included in their classes.

The objective is to understand the perception of teachers its main challenges and concerns facing the theme inclusion.

The discussions of the results confirm the supposed idea by the researcher who believes that schools and teachers are not prepared for inclusive principle that guides our legislation.

In this context, we sought to relate Inclusive Education / Special Education and Adapted Physical Education from the teacher and student relations.

Keywords: Inclusion. Challenges. Perceptions.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. OJETIVO GERAL.....	11
2.1Objetivo Específico.....	11
3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	12
3.1Educação Física x Inclusão.....	16
3.2Inclusão x Integração.....	17
3.3Práticas Pedagógicas Inclusivas na Educação Física.....	19
4. METODOLOGIA.....	21
4.1População e Amostra.....	21
4.2Coleta de Dados.....	22
5. DISCUSSÃO DE DADOS.....	23
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
7. BIBLIOGRAFIA.....	27
8. ANEXOS.....	29

1. INTRODUÇÃO

O conceito de INCLUSÃO surgiu na década de 1990, juntamente com o modelo social da deficiência, entendendo-a como a interação entre as pessoas que têm essa condição e as barreiras humanas e físicas que a envolvem.

Entretanto, o movimento pela inclusão teve seu ápice mais precisamente em 1994 quando foi elaborada a declaração de Salamanca que tornou a escola uma instituição responsável por incluir a todos independente da sua condição física, intelectual, social e emocional:

“O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos devam aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem (UNESCO, apud Oliveira, 2005)”.

A partir daí surgiram inúmeros documentos nacionais e internacionais que defendem os princípios inclusivos, visando à efetivação das políticas públicas de inclusão.

Em suma a inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares que buscam seus lugares e direitos na sociedade.

Diante dessas legislações e movimentos, vamos pensar a atuação do professor cuja opinião será extremamente importante para entendermos a atual situação da educação inclusiva.

O desenvolvimento do tema pretende relacionar Educação Inclusiva/Educação Especial e Educação Física Adaptada a partir das relações professor e aluno, com a pretensão de responder a temática da pesquisa: O que pensa e sente o professor da rede pública de ensino da cidade de Venâncio Aires/RS a partir da obrigatoriedade e do desafio de incluir alunos com deficiência nas aulas de Educação Física?

Na maioria das escolas ainda é escassa a informação sobre a Educação Inclusiva, bem como muito forte a resistência da maioria dos professores em se adequar e buscar formação frente a esse novo desafio proposto.

Neste contexto, buscou-se escutar os professores, entender e conhecer suas percepções sobre inclusão, especialmente na Educação Física.

Cabe ressaltar que nessa pesquisa não foi dado ênfase ao tipo de deficiência, a análise trata-se de uma percepção geral dos professores frente ao tema inclusão considerando as diversidades dos alunos.

2. OBJETIVO GERAL

Este estudo tem como objetivo geral conhecer as percepções dos professores frente ao desafio de incluir alunos com deficiência, especialmente nas aulas de Educação Física.

2.1 Objetivo Específico

Verificar com os professores os principais desafios, anseios e opiniões que compartilham frente ao tema inclusão e como está acontecendo na prática esse processo inclusivo a partir das relações professor e aluno.

3. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Não se pode pensar nem falar em Educação Inclusiva sem antes conhecermos a legislação e os acontecimentos da trajetória que marcaram esse movimento no Brasil e no mundo.

A terminologia DEFICIÊNCIA aplicada às pessoas que apresentam limitações de natureza física, sensorial ou intelectual será usada nesse trabalho considerando a variedade de termos e a discussão entre os autores sobre o “termo correto” no contexto da inclusão.

Conforme Diniz, 2007, Apud Anjos 2009, “considera-se pessoa ou aluno com deficiência, aqueles cuja condição é extrínseca, ou seja, construída socialmente e a eles remetida”.

Ao analisar a trajetória da inclusão, podemos considerar que houve relativos avanços nesta questão. Na Idade Antiga, pessoas com deficiência eram eliminadas, desprezadas e isoladas da sociedade. Havia um entendimento supersticioso de que, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiências eram fruto de algum pecado cometido pelos pais e muitas famílias acabavam assassinando ou abandonando as crianças com doenças ou deficiências obrigadas a essa atitude também em função da vida nômade que levavam.

Em um segundo momento, já na Idade Média, com a difusão do cristianismo as pessoas passaram a proteger e compadecer-se das crianças com deficiências.

Mais adiante em um terceiro período, nos séculos XVIII e XIX, surgiram instituições especializadas e a parte, para realizar a educação das crianças com deficiência. É mais ou menos quando surge o termo integração cujo objetivo é aceitar “os deficientes” e integrá-los da maneira que for possível.

A partir do século XX as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade, no entanto, as mudanças permearam mais no sentido do assistencialismo.

Em 1926 surge o Instituto Pestalozzi (instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental); em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi. Já na década de 60 surgem as primeiras críticas a esse sistema de segregação e em meados de 90 surgem os movimentos sociais de inclusão, tendo como base o princípio da igualdade de oportunidades e a universalização do acesso à escola. Passou - se a pensar a educação e questionar os modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem.

Entre os marcos oficiais nacionais e internacionais que tratam das Políticas Públicas para a Educação Inclusiva temos: a Constituição de 1988; Lei 7853 de 1989; Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990; Declaração de Salamanca de 10 de junho de 1994, Capítulo da LDB de 1996 sobre Educação Especial; Decreto 3298 de 1999; Lei 10172 de 2001; Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001, Convenção da Guatemala de 2001; Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 1/2002 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Falaremos resumidamente sobre as principais leis que regem o processo inclusivo.

Iniciaremos pela Constituição Federal de 1988 que assegura que é objetivo da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Artigo 3º, Inciso IV).

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (CF, 1988, art. 5º).

Em 1990 a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na Tailândia, prevê que as necessidades educacionais básicas sejam oferecidas para todos (mulheres, camponeses, refugiados, negros, índios, presos e deficiente) pela universalização do acesso, promoção da igualdade, ampliação dos meios e conteúdos da Educação Básica e melhoria do ambiente de estudo.

O Brasil aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente, que reitera os direitos garantidos na Constituição: atendimento educacional para portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 1994 na Conferência Mundial realizada pela UNESCO, foi promulgado o documento Declaração de Salamanca que trata dos “Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais”; reafirmando o compromisso para com a Educação para Todos, ela proclama as escolas inclusivas, como o principal e mais eficaz meio de combate à discriminação.

O princípio orientador dessa política é o de que as escolas:

[...] se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluírem-se crianças com deficiência ou superdotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (Declaração de Salamanca, 1994 p. 6).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996 define e regulamenta o sistema nacional de educação com base nos princípios da Constituição Federal de 1988.

No que tange à Educação Especial, em seu Artigo 59, a LDBEN garante que os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

A LDBEN garante, ainda, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (Artigo 24, Inciso V, “c”).

Em 2001 a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência (Guatemala) foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3956, de 08 de outubro de 2001. Essa convenção tem como objetivo “prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade” (Artigo 2º).

Em 2008 é lançada a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que estabelece que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis (Educação Básica e Ensino Superior) e realiza o Atendimento Educacional Especializado; que, deve ser complementar e/ou suplementar ao ensino regular e não substitutivo.

Vejamos os objetivos dessa política, que define ainda quem são os alunos atendidos pela Educação Especial: alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação; garantindo-lhes:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva vem dessa forma, reposicionar a Educação Especial, desafiando a escola a se questionar sobre as diferentes formas de construção de aprendizagem considerando o tempo que cada aluno tem para aprender.

3.1 Educação Física x Inclusão

Consideremos a amplitude do processo inclusivo que permeia para além das práticas pedagógicas envolvendo uma série de adaptações nos espaços físicos e na mentalidade das pessoas. Arquitetura, engenharia, transporte, acesso, materiais adaptados, comportamentos, experiências, conhecimentos, entre outros, coexistem na complexidade desse processo de inclusão.

Isso vai, inclusive, para além dos muros da escola. A discussão do espaço inclusivo para todos, especialmente a escola inclusiva, tem provocado uma série de polêmicas e tem mobilizado diversos setores para reflexão e ação sobre essa prática que consiste em uma mudança de paradigma social.

A Educação Física como componente curricular não pode ficar indiferente a esse processo de Educação Inclusiva. Como parte do currículo escolar ela pode denunciar ou favorecer a característica da escola como inclusiva ou não.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física, apresentam orientações para o atendimento do princípio de inclusão, que estão direcionadas para garantir condições de participação, por meio de adaptações a serem realizadas pelo professor. O texto ressalta o valor do cultivo de atitudes de dignidade, de respeito próprio, de respeito às diferenças e de respeito às limitações da pessoa com deficiência. (BRASIL, SEF, 1998; PCN/SEF, 2000).

A Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de Educação Física com o aluno com deficiência e outras necessidades especiais. Isso mostra que muitos professores de Educação Física não receberam em sua formação conteúdos pertinentes a Educação Física Adaptada ou Inclusão.

Segundo Winnick 2004,

A Educação Física Adaptada se torna então uma sub área da educação física escolar, compreendendo assim a um programa diversificado de atividades desenvolvimentista, jogos, esportes e ritmos, adaptados aos interesses, às necessidades dos portadores de deficiência que não podem participar com sucesso e segurança das rigorosas atividades do programa geral da Educação Física.

Embora na literatura o assunto seja pouco mencionado, a Educação Física pode contribuir muito com a inclusão, por ter caráter mais autônomo em relação às demais disciplinas do currículo, permitindo maior liberdade do professor na organização dos conteúdos, bem como a interdisciplinaridade com as demais áreas do conhecimento.

Na escola, os educandos com deficiência leve e moderada podem participar de atividades dentro do programa de Educação Física, com algumas adaptações e cuidados. A realização de atividades com crianças, principalmente aquelas que envolvem jogos, devem ter um caráter lúdico e favorecer situações onde a criança aprende a lidar com seus fracassos e seus êxitos. Diversos instrumentos legais foram implementados pelo governo federal, a fim de garantir o direito de todas as pessoas independente de limitações físicas, motoras, sensoriais ou cognitivas, tenham acesso irrestrito à educação, ao esporte e ao lazer em quaisquer estabelecimentos públicos (GORGATTI; COSTA, 2005). As crianças com algum nível de deficiência (auditiva, visual, física e mental) podem participar da maioria das atividades propostas.

3.2 Inclusão x Integração

O conceito de Inclusão segundo Mantoan 2008 significa que todos são diferentes e que todos têm direito de participar ativamente na sociedade, nesse sentido, caberia à sociedade adaptar-se ao diferente e não o contrário. Já o termo Integração parte extremamente do princípio contrário e significa que cabe ao sujeito em condição de deficiência ou “diferente” dos padrões, estar apto e se enquadrar na sociedade.

Conforme vimos anteriormente, na década de 60 houve um grande movimento de Integração. A necessidade de modificar as pessoas a fim de que pudessem se identificar com os demais cidadãos para então poder ser inseridas na sociedade, era a grande marca desse período, e, que se traduziu na busca pela “normalização” das pessoas consideradas “diferentes”.

A Inclusão é um processo que envolve além de ações diretamente com as pessoas com deficiência, ações na sociedade. É preciso romper com velhos paradigmas que consideram a pessoa com deficiência como alguém que precisa ser enquadrado na sociedade.

Para a educadora Maria Teresa Égler Mantoan, na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças.

Mantoan, 2003, explica:

A radicalidade da inclusão vem do fato de exigir uma mudança de paradigma educacional [...] Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e regular. As escolas atendem às diferenças, sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais (p. 16)).

É preciso ter o cuidado para não confundir práticas integradoras com práticas inclusivas.

A ideia de integração surgiu para derrubar a prática de exclusão social a que foram submetidas às pessoas deficientes por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas portadoras de deficiências eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência.” (SASSAKI, 1997, p. 30-31).

Saber distinguir Inclusão e Integração é um bom começo para repensarmos nossas ações e práticas no sentido de lutar por uma sociedade mais justa e modificarmos nosso atual sistema educacional.

3.3 Práticas Pedagógicas Inclusivas na Educação Física

Assim como nas demais disciplinas, também na área da Educação Física é preciso pensar práticas pedagógicas para inclusão dos alunos com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagens específicas.

A Educação Física é uma disciplina que trata pedagogicamente, na escola, do conhecimento de uma área denominada aqui de cultura corporal. Ela será configurada com temas ou formas de atividades, particularmente corporais, como: jogo, esporte, ginástica, dança ou outras, que constituirão seu conteúdo. O estudo desse conhecimento visa apreender a expressão corporal como linguagem.

Para o professor de Educação Física, será preciso fazer a flexibilização de alguns recursos e regras de jogos e atividades considerando o perfil dos alunos que irá trabalhar. É importante sim, que ele saiba o tipo de deficiência do aluno e como ela foi adquirida. Embora não seja isso um limitador para elaborar o plano de atividades.

Rodrigues (2004, p.48), refere que o espaço escolar, em todos os seus momentos, deve permitir as interações entre os alunos e as suas potencialidades, para que as manifestações da aprendizagem possam ser compartilhadas na diversidade humana (Idem, p.48). Desse modo, desde que sejam respeitadas suas capacidades e limitações, os alunos poderão desenvolver qualquer ação pedagógica que lhes sejam apresentadas.

No caso do aluno com deficiência intelectual, acreditamos que diversos são os caminhos pedagógicos que podem ser percorridos pelo professor de Educação Física. Nossas diretrizes pedagógicas apontam para vivências corporais interativas do aluno portador de deficiência intelectual na sua totalidade, reforçando e ampliando a sua condição humana e de sujeito-cidadão.

Ao trabalhar com esse grupo de deficiência o professor de Educação Física precisa estar ciente de que será necessário explicar e demonstrar repetidamente como os mesmos deverão executar determinada atividade ou jogo, considerando que o aluno com deficiência intelectual tem dificuldade para aprender, entender e realizar atividades que são comuns para as outras pessoas. Muitas vezes, o

comportamento desses alunos parece ser inferior a sua idade cronológica, ou seja, como se eles tivessem menos idade do que realmente tem.

No caso dos alunos com dificuldades específicas de aprendizagens, a relação ensino-aprendizagem se dá através, principalmente, da experiência sensível, onde o aluno começa a organizar e relacionar o conhecimento a partir das referências sensoriais que lhes são devidamente proporcionadas. Neste contexto, enfim, acreditamos que a Educação Física exerce papel imprescindível para um melhor atendimento e desenvolvimento das potencialidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais destes alunos “especiais”.

O aluno com deficiência física e/ou sensorial (auditiva ou cegueira) é o que deverá ter as maiores adaptações nas aulas de Educação Física em função da sua condição de igualdade social que nem sempre está presente no cotidiano do deficiente físico e da lógica da competitividade que permeia nas práticas esportivas conforme Rodrigues (2006):

A adaptação de atividades motoras deve levar em conta que as situações enquadradas por uma lógica competitiva podem originar – sobretudo em pessoas com níveis de desempenho notoriamente menos bons - uma pressão emocional excessiva e todo um conjunto de sentimentos que podem não incentivar a participação e a permanência na prática da atividade. A competição é um dos inúmeros enquadramentos e modelos que podem ser adaptados.

Pensar um plano de atividades para as aulas de Educação Física de modo que conscientize os alunos de suas deficiências, mas ao mesmo tempo, os faça desvelar suas possibilidades e os motive na busca de melhorias para a sua qualidade de vida, é o desafio da escola inclusiva e dos futuros profissionais da área.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa classifica-se como descritiva, conforme Gay (1981), onde:

“a coleta de dados serve para testar hipóteses ou responder questões relativas ao corrente status do objeto de estudo. Não pretende "comprovar" nada, apenas "descrever" uma situação, sem nela interferir. Determina e reporta a maneira como as coisas são pelo uso de questionário, entrevista, testagem ou observação”.

A pesquisa foi realizada com professores de Educação Física que atuam nas escolas da rede pública (Municipal e Estadual) de ensino da cidade de Venâncio Aires, que têm ou já tiveram alunos com deficiência incluídos.

4.1 População e Amostra

O tipo de amostra adotado para a pesquisa foi aleatória - randômica-probabilística. A seleção dos pesquisados foi feita através da estratificação, onde um determinado subgrupo de professores foi identificado de forma a representar a classe geral do município da rede pública municipal e estadual de ensino.

O grupo selecionado para amostragem foi constituído por nove professores de Educação Física que atuam na rede pública de ensino (cinco de escolas municipais e quatro de escolas estaduais) e que têm ou já tiveram alunos com deficiência suas aulas.

Entre o perfil dos professores pesquisados teve-se o cuidado na escolha para diversificar entre aqueles que trabalham em escola da rede urbana e aqueles que trabalham em escola da área rural.

Dos nove professores pesquisados cinco trabalham e escola da rede urbana e quatro professores trabalham em escola na área rural.

4.2 Coleta de Dados

Para coleta de dados, utilizou-se como instrumento um questionário (anexo c) estruturado pelo próprio pesquisador com questões fechadas e semifechadas não lineares para ver o que pensa e sente o professor da rede pública de ensino da cidade de Venâncio Aires/ RS a partir da obrigatoriedade e do desafio de incluir alunos com deficiência nas aulas de Educação Física?

O questionário é “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito sem a presença do entrevistador” (Lakatos e Marconi, 2001).

Pensou-se em elaborar o questionário com questões não lineares, afim de não induzir o respondente na resposta.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesse trabalho de foco qualitativo buscou-se compreender o sentido e as percepções dos professores e suas relações pedagógicas com alunos com deficiência. Vejamos suas respectivas respostas:

Pergunta 1- Em relação à questão se já tiveram alunos com deficiências incluídos em suas aulas, todos os professores responderam afirmativamente.

Pergunta 2- Em relação ao tipo de deficiência, quatro professores atenderam aluno com deficiência física e intelectual, três professores atenderam aluno com deficiência intelectual, um professor atendeu aluna com deficiência intelectual e aluna surda e um professor atendeu aluna surda, aluna com deficiência física e aluna com deficiência intelectual.

Pergunta 3- Questionados sobre o preparo para trabalhar com alunos com deficiência, a maioria dos professores respondeu talvez e dois professores responderam que não se consideram preparado.

Pergunta 4- Sobre a possibilidade de incluir alunos com deficiência nas aulas de educação física somente dois professores responderam que sim, os demais responderam que depende.

Pergunta 5- Em relação a ações para incluir os alunos, três dos professores pesquisados responderam que procuram auxiliar o aluno com deficiência conforme a sua limitação, buscando adaptações para que ele possa executar os movimentos/atividades sugeridas. Um professor oferece ao aluno uma atividade alternativa; quatro professores responderam que pedem auxílio aos outros alunos; apenas um professor respondeu que pede apoio ao professor especialista da escola.

Pergunta 6- Sobre a estrutura física e material da escola para acolher os alunos com deficiências, a maioria dos professores respondeu talvez, apenas um professor respondeu que sim a escola possui estrutura física e material para acolher os alunos com deficiência e três professores negaram a existência dessa estrutura.

Pergunta 7- Em relação à formação na área da Educação Especial/Educação Inclusiva, somente dois professores relataram estarem fazendo ou ter feito algum tipo de formação.

Pergunta 8- Todos os professores reconheceram a importância em ter preparo e experiência para trabalhar com a inclusão dos alunos com deficiência.

Pergunta 9- Questionados estrategicamente, sobre a forma como os professores se preparam para trabalhar com os alunos com deficiência em suas aulas de Educação Física, a maioria refere que procura ler e se atualizar sobre o tema. Dois professores responderam que pedem auxílio para a equipe diretiva e supervisão da escola.

Pergunta 10- Sete dos nove professores pesquisados responderam que se consideram professor integrador, dois professores referem se sentirem preparados para encarar desafios e um deles afirma que não recebe a instrução necessária para atuar com os alunos com deficiência.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das respostas obtidas na aplicação do questionário, constatou-se que todos os professores já trabalharam com alunos com algum tipo de deficiência ou necessidades educativas especiais, embora nenhum professor possua conhecimentos específicos para trabalhar na área.

Todos os professores reconhecem a importância em ter um preparo para trabalhar com alunos na condição de deficiência;

A maioria dos professores pensa que a escola não possui adaptação física de grande porte para atender alunos com deficiência.

Surpreendeu-me que apenas um dos professores pesquisados recorra ao professor especialista da escola para auxiliá-lo em sua prática pedagógica com alunos com deficiência, isto mostra que, apesar dos programas e ações visando à inclusão, os recursos não são bem administrados, uma vez que, caberia ao professor especialista mediar todo o processo de construção da aprendizagem do aluno em situação de deficiência utilizando-se dos materiais que tem a sua disposição, bem como, do seu conhecimento para adaptar as atividades em um trabalho conjunto com o professor da sala regular e com o professor de educação física.

Percebe-se através das respostas dos professores, que a maioria está realizando um trabalho de integração ao invés de inclusão, segundo nos explica Rodrigues (2006), “a integração pressupõe uma ‘participação tutelada’, uma estrutura com valores próprios aos quais o aluno ‘integrado’ tem que se adaptar”.

No contexto da integração, a educação acontecerá na medida em que o aluno com necessidades especiais se adaptar aos recursos disponíveis na escola regular.

“O certo é que não só os alunos são diferentes, mas os professores são também diferentes, e ser diferente é uma característica humana comum, e não um atributo (negativo) de alguns” (RODRIGUES. 2006).

Segundo Mantoan (2002), as crianças precisam da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte. Nesse sentido ela afirma que priorizar a qualidade do ensino regular é, pois, um desafio que precisa ser assumido por todos os educadores.

Para essa autora, “a inclusão escolar remete a escola a questões de estrutura e de funcionamento que subvertem seus paradigmas e que implicam um redimensionamento de seu papel para um mundo que evolui a byte”.

Percebe-se através das respostas dos professores que infelizmente ainda há muito que se fazer para tornar a escola inclusiva. E isso começa fora dela. Pertence à sociedade modificar o pensamento, as atitudes, os valores, os ideais. Pertence ao governo oferecer estruturas físicas, materiais, formações específicas e condições para realizar o trabalho de inclusão.

Apesar de esforços e ações visando auxiliar o acesso das crianças com dificuldades de aprendizagem e/ou deficiências na rede escolar, percebo, ao acompanhar os trabalhos nas escolas e concluir a minha pesquisa, que ainda vivemos a grande dicotomia entre a teoria e a prática e entre o discurso e a realidade.

7. BIBLIOGRAFIA

- ANJOS, H.P DOS; ANDRADE, E.P. DE E PEREIRA, M.R. A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso. **Revista Brasileira da Educação**. 2009.
- BRASIL. **Lei n. 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Lei n. 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. O Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jan. 2001.
- BRASIL, **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Caderno Cedex**, ano XIX, n. 48, p. 69-88, 1999.
- CARMO, A. A. do. Inclusão Escolar e Educação Física: que movimentos são estes? **Revista Integração**, Brasília: MEC/SEESP, ano 14, Edição Especial/2002, p. 6 – 13.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994, 54 p.
- GAY, L & DIEHL, P. **Research methods for business and management**. New York:Maxwell Macmilan, 1992.
- GORGATTI, M. G.; COSTA R. F. **Atividade física adaptada**. São Paulo: Manole, 2005.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. - **Fundamentos de metodologia científica**. 4. Ed., São Paulo, Atlas, 2001.
- MANTOAN, M.T. E. (Org) **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Rio de Janeiro. 2008.
- _____ - **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**,Ed. Moderna. 96 p. Caminas. Julho. 2003.
- RODRIGUES, D. A caminho de uma educação inclusiva: uma agenda possível. **Rev. Inclusão**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2000.
- RODRIGUES, Graciele Massoli. **Demarcações Sociais e as Relações Didáticas na Escola: Considerações acerca da inclusão**. RBCE. V.25, p.43-56, mai. 2004

RODRIGUES, D. **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WINNICK, J. P. **Educação Física e Esporte adaptado**. São Paulo: Manole, 2004.

ANEXOS

Anexo A – Carta de Apresentação

Prezado Sr. Professor:

Esta pesquisa, “**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**”, será desenvolvida por meio da aplicação de **QUESTIONÁRIOS** aos **professores de Educação Física da escola**.

Estas informações estão sendo fornecidas para subsidiar sua participação voluntária neste estudo que visa verificar o que pensa e sente o professor da rede pública e privada de ensino da cidade de Venâncio Aires/ RS a partir da obrigatoriedade e do desafio de incluir alunos com deficiência nas aulas de Educação Física?

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso ao investigador para esclarecimento de eventuais dúvidas. Contato: **Cíntia Gomes de Oliveira**, telefone **51 9667-1132**, endereço eletrônico: cintiagomes_44@hotmail.com, bem como ao orientador (a) Marcia Gonzales Feijó da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), contato eletrônico: marcgfa@terra.com.br.

É garantida aos sujeitos de pesquisa a liberdade da retirada de consentimento e o abandono do estudo a qualquer momento.

As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros sujeitos da pesquisa, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante. Fica assegurado, também, o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais da pesquisa, assim que esses resultados chegarem ao conhecimento do pesquisador.

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Comprometo-me, como pesquisador principal, a utilizar os dados e o material coletados somente para esta pesquisa.

Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada (o) para participar, como voluntária (o), do Projeto de Pesquisa sob o título **A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**. Meu nome é Cíntia Rejane Gomes de Oliveira sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Educação Especial. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Cíntia e a orientadora da pesquisa Professora Marcia Gonzales Feijó nos telefones: 51 9667-1132 e 55 3220-8000, e-mail cintiagomes_44@hotmail.com.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, RG _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**, como sujeito. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo pesquisador (a) Cíntia Rejane Gomes de Oliveira sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do pesquisado

Eu, Cíntia Rejane Gomes de Oliveira obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do sujeito da pesquisa ou representante legal para a participação da pesquisa.

Assinatura do pesquisador responsável

Anexo C – Questionário

1- Você tem ou teve alunos com deficiência incluídos em suas aulas?

- SIM
- NÃO

2- Quais deficiências?

- FÍSICA
- INTELECTUAL
- AUDITIVA
- VISUAL
- MÚLTIPLA

3- Você se considera preparado para trabalhar com os alunos com deficiência?

- SIM
- NÃO
- TALVEZ

4- Você pensa que é possível incluir um aluno com deficiência nas aulas de educação física?

- SIM
- NÃO
- TALVEZ
- DEPENDE

5- O que você faz para incluir os alunos com deficiência em suas aulas?

- deixo ele participar normalmente das aulas
- uso recursos e materiais adaptados
- peço auxílio para o professor especialista da escola
- peço a outros alunos que o auxiliem conforme a sua limitação
- procuro auxiliá-lo conforme sua limitação
- busco ler e me atualizar sobre o tema inclusão
- faço um estudo aprofundado sobre o tipo de deficiência que meu aluno possui e a partir daí preparo um plano especial para atendê-lo
- busco alternativas/adaptações para que ele possa executar os movimentos/atividades sugeridas
- ofereço a ele uma atividade alternativa

6- Você pensa que sua escola possui estrutura física e material para acolher alunos com deficiências?

- SIM
- NÃO
- TALVEZ

7- Você fez ou faz alguma formação na área da educação especial/educação inclusiva?

SIM

NÃO

8- Você acha importante ter um preparo para trabalhar com a inclusão desses alunos?

SIM

NÃO

TALVEZ

9- De que forma você se prepara para trabalhar com alunos com deficiência?

não me preparo

procuro ler e me atualizar sobre o tema

converso com o professor especialista da escola

atuo normalmente

faço curso/formação sobre o tema

peço auxílio para a equipe diretiva e supervisão

busco materiais e recursos adaptados conforme a atividade que vou desenvolver

10- Você se considera:

professor inclusivo

professor integrador

preparado para encarar desafios

não recebo valor adicional ao meu salário para atender alunos com deficiência

não recebo a instrução necessária para atuar com os alunos com deficiência